



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO** 027  
**Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira**

APELAÇÃO CRIMINAL: Nº **180183-0**  
ÓRGÃO JULGADOR: Terceira Câmara Criminal  
COMARCA: Recife – 5ª Vara Criminal  
APELANTE: Antonio José Mendes de Almeida  
APELADO: Ministério Público do Estado de Pernambuco  
RELATORA: Desª Alderita Ramos de Oliveira  
REVISOR: Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio

**EMENTA:**

PENAL E PROCESSUAL PENAL. APELAÇÃO CRIMINAL. FALSIFICAÇÃO DE DOCUMENTO PÚBLICO. INSUFICIÊNCIA DE PROVAS PARA CONDENAR O RÉU. INOCORRÊNCIA.

I - Não merece reforma, e conseqüente absolvição do réu, sentença que o condenou em harmonia com as provas carreadas aos autos.

II – Apelação a que se nega provimento. Decisão unânime.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos da **Apelação Criminal nº 180183-0**, no qual figuram como partes as retronominadas, **ACORDAM** os Desembargadores componentes da **Terceira Câmara Criminal** do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, à unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso, nos termos do relatório e votos anexos, que passam a integrar este aresto.

Recife, 12 de dezembro de 2009.

**Presidente**

**Desª Alderita Ramos de Oliveira**



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira**

028

**APELAÇÃO CRIMINAL: Nº 180183-0**  
**ÓRGÃO JULGADOR:** Terceira Câmara Criminal  
**COMARCA:** Recife – 5ª Vara Criminal  
**APELANTE:** Antonio José Mendes de Almeida  
**APELADO:** Ministério Público do Estado de Pernambuco  
**RELATORA:** Desª Alderita Ramos de Oliveira  
**REVISOR:** Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio

**RELATÓRIO**

---

Antonio José Mendes de Almeida foi denunciado (fls. 02/03), juntamente com Samantha Xavier de Lima, como incurso nas penas do art. 297<sup>1</sup>, do Código Penal, estando a co-autora também incurso nas sanções do art. 304, do mesmo diploma legal.

Narra a inicial acusatória que a denunciada Samantha Xavier de Lima foi presa em flagrante delito em data de 27/09/05, na Rua Sete de Setembro, Bairro da Boa Vista, nesta cidade, por ter falsificado documento público e utilizado o mesmo para a abertura de conta corrente nos bancos Bandepe e Banco Real.

No dia dos fatos, policiais civis foram procurados pela Sra. Claudionice Alves Nogueira, a qual relatou que a denunciada Samantha havia realizado uma compra em seu nome e não teria pago, acrescentando que havia visto Samantha de posse de cédula de identidade em nome de uma terceira pessoa, porém, com a fotografia de Samantha.

Os policiais diligenciaram e encontraram a denunciada em sua residência, ocasião em que encontraram uma cédula de identidade em nome de Maria José Ferreira de Araújo, todavia, com fotografia da denunciada Samantha Xavier de Lima, além de cartões do Banco Real e do Bandepe também em nome de Maria José Ferreira de Araújo.

A denunciada informou que havia conseguido a cédula de identidade falsificada através do denunciado ANTONIO JOSÉ MENDES DE ALMEIDA, por ocasião em que trabalhavam juntos em uma suposta faculdade que o Antonio Mendes pretendia instalar, tendo a denunciada, então, entregue sua fotografia com a finalidade de que este último providenciasse a falsificação, estando ambos, pois, em consonância de desígnios delituosos.

Conforme aduziu a denunciada, a cédula de identidade fria serviria para a compra de computadores e móveis para a tal faculdade, mas que

---

<sup>1</sup> Falsificação de documento público

Art. 297 - Falsificar, no todo ou em parte, documento público, ou alterar documento público verdadeiro:  
Pena - reclusão, de dois a seis anos, e multa.

Uso de documento falso

Art. 304 - Fazer uso de qualquer dos papéis falsificados ou alterados, a que se referem os arts. 297 a 302:  
Pena - a cominada à falsificação ou à alteração.

GDAR/r/AC 141102-7



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira**

029

*no período em que se organizavam para tais aquisições, o Antonio foi preso. Consta dos autos que Antonio, de fato, à época, estava preso no PPAB (Presídio Professor Aníbal Bruno), tudo indica que pela prática de estelionato. Samantha afirmou que, com a abertura da conta corrente em nome de terceira pessoa, conseguiu o respectivo talão de cheques, mas que teria já usado todas as folhas do mencionado talão.*

Concluída a instrução criminal, o acusado, ora apelante, Antonio José Mendes de Almeida, foi condenado à pena de 03 (três) anos de reclusão, como incurso nas sanções do art. 297, do Código Penal, tendo a acusada Samantha Xavier de Lima sido condenada à pena de 03 (três) anos de reclusão pela prática do crime previsto no art. 304, do CPB. Ante a permissividade do art. 44, § 2º, segunda parte, do CP, foi substituída a pena privativa de liberdade imposta aos acusados por duas restritivas de direito, sendo uma na modalidade de prestação de serviços à comunidade e outra de multa (art. 43, incisos I e IV, do CP), conforme sentença de fls. 182/189.

Irresignado, o acusado Antonio José Mendes de Almeida apelou da decisão monocrática (fls. 192), oferecendo razões recursais às fls. 199/200, pugnando pela reforma da sentença *a quo*, alegando insuficiência de provas acusatórias.

A Promotoria de Justiça do 1º grau ofereceu contra-razões à apelação (fls. 210/211), rechaçando as alegações ali contidas, pugnando pela manutenção da sentença vergastada em todos os seus termos.

Nesta Instância, a douta Procuradoria de Justiça, na pessoa da Dra. Eleonora de Souza Luna, às fls. 220/221, ofereceu parecer opinando pelo improvimento do recurso.

É o relatório.

À douta revisão.

Recife, 30 de agosto de 2009.

  
Des.ª Alderita Ramos de Oliveira



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira**

030

13

APELAÇÃO CRIMINAL: Nº **180183-0**  
ÓRGÃO JULGADOR: Terceira Câmara Criminal  
COMARCA: Recife – 5ª Vara Criminal  
APELANTE: Antonio José Mendes de Almeida  
APELADO: Ministério Público do Estado de Pernambuco  
RELATORA: Desª Alderita Ramos de Oliveira  
REVISOR: Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio

**VOTO - MÉRITO**

Cuida-se de Recurso Apelarório onde o acusado pugna pela reforma da sentença *a quo*, alegando insuficiência de provas acusatórias. Limita-se a alegar que a sua condenação teve suporte apenas nas declarações prestadas pela acusada Samantha Xavier de Lima.

A materialidade do delito encontra-se comprovada através do auto de apresentação e apreensão de fls. 29.

No que concerne à autoria irrogada ao acusado, muito embora negada perante a autoridade policial (fls. 46/47), e em juízo (fls. 89), esta restou evidenciada nos presentes autos, ante os depoimentos da co-ré Samantha Xavier de Lima e das testemunhas ouvidas na fase inquisitorial e em juízo.

Verifica-se nos autos que a Sra. Claudionice Alves Nogueira compareceu perante a autoridade policial e informou que a co-ré Samantha estava usando uma cédula de identidade com a fotografia dela, mas em nome de Maria José Ferreira de Araújo. A polícia deslocou-se até o apartamento da Sra. Samantha e constatou a veracidade das informações prestadas pela testemunha Claudionice. Além da carteira de identidade falsificada, a polícia ainda apreendeu dois cartões de banco, sendo um do Banco Real e outro do Bandepe, em nome da mesma pessoa Maria José.

A co-ré Samantha Xavier de Lima, quando interrogada no inquérito (fls. 10/11), confessou a autoria do delito. Disse que conseguiu a identidade adulterada quando estava trabalhando para a pessoa do apelante Antonio José Mendes de Almeida, o qual pretendia abrir uma faculdade, e na ocasião o mesmo lhe disse que tinha que comprar alguns móveis para a faculdade e que tinha uma forma de tirar uma cédula de identidade fria, pois conhecia uma pessoa que fazia isso e que a mesma não se preocupasse.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira**

Solicitou da interrogada apenas uma fotografia e dois dias depois a mesma estava de posse da referida cédula, em nome de Maria José Ferreira de Araújo, com a sua fotografia, e com a mencionada identidade conseguiu abrir conta nos bancos Bandepe e Real.

Em juízo (fls. 88), a co-ré Samantha Xavier de Lima asseverou:

*"(...) que o Sr. ANTONIO foi quem providenciou a cédula de identidade citada na denúncia e em seguida um homem que para ele trabalhava chegou lá com os documentos para que ela assinasse; que tais papéis eram para abrir a conta bancária e em seguida para comprar um computador; que uns dois meses depois da prisão de ANTONIO bem como da compra do computador é que ela foi presa pela polícia e na sua casa foram realmente encontrados os cartões do Banco Real e do Bandepe e talões de cheque do Bandepe; que o acusado ANTONIO foi preso anteriormente, acusado de dar golpe nas pessoas com relação à faculdade; que ela interroganda utilizou todas as folhas do talão de cheques para fazer pagamentos referentes a propaganda da citada faculdade; (...)".*

Durante o inquérito e perante a autoridade judiciária foram ouvidas as testemunhas arroladas pela acusação, José Cristiano Alves Pereira (fls. 06/07), Jeison Mendes Muniz Jardim (fls. 08), Luiz Henrique de Almeida Scanone (fls. 09 e 127), Claudionice Alves Nogueira (fls. 43/44 e 126), e Lidiane Alves da Silva (fls. 45 e 126), que confirmaram que a co-ré Samantha utilizava e portava documentos falsos.

Observe-se que os depoimentos da co-ré Samantha Xavier de Lima na fase inquisitorial e em juízo foram bastante enfáticos no que se refere à ação criminosa do acusado, pois, segundo a mesma, Antonio Mendes foi quem providenciou o documento falso, estando a decisão hostilizada em perfeita harmonia com o que foi produzido na instrução criminal, não subsistindo qualquer dúvida a respeito da culpabilidade do apelante.

Vê-se, também, que existe compatibilidade entre os depoimentos de Samantha Xavier e os demais subsídios coligidos aos autos, constituindo relevante esteio para a elucidação dos fatos, circunstância que demonstra o valor probante das palavras da mesma, razão pela qual não merece crédito a alegação do réu de que sua condenação foi baseada em depoimentos inverídicos da antes mencionada co-ré Samantha.



032

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira**

· Ademais, como bem observado pela douta Procuradora de Justiça, no seu parecer ministerial (fls. 220/221), "Na verdade, só há o testemunho da co-ré apontando o apelante como co-partícipe na falsificação da Carteira de Identidade, no entanto o apelante não aponta qualquer fato que justifique a inconsistência da acusação contra a sua pessoa. As circunstâncias de ambos se conhecerem, tendo inclusive trabalhado juntos, e mais o fato do apelante encontrar-se preso por estelionato – respondendo a outro processo fora o presente – são circunstâncias que reforçam a veracidade da narrativa da co-ré. Esta, registre-se, confessou o fato perante a autoridade policial e manteve a mesma versão em Juízo. Dessa maneira, o testemunho da co-ré é reforçado com outras circunstâncias que nos levam a entender idôneo, existindo fundamento suficiente para manter a condenação do apelante".

Por outro lado, não encontra fundamento a alegação do acusado de que a vítima Maria Ferreira de Araújo não compareceu ao processo, sendo, por isso, nulo tal feito.

No termo de não realização de audiência às fls. 149, assim ficou deliberado: "Compulsando os autos, foi observado que o endereço da suposta vítima, Maria José Ferreira de Araújo, fornecido pelo Banco Real, fls. 140, é o mesmo endereço da acusada Samantha Xavier, por ela fornecido no inquérito policial, fls. 21. Há que se observar também que tal vítima, não é nem mesmo elencada no rol de testemunha constante do inquérito, fls. 37. Tendo por vista tratar-se de uma criação da acusada, der-se vista ao MP para pronunciarse", o que demonstra a tibieza da pretensão da defesa.

Ante o expendido, e em consonância com o parecer ministerial, nego provimento ao recurso, mantendo a sentença vergastada em todos os seus termos.

Recife, 22 de dezembro de 2009.

  
**Desª Alderita Ramos de Oliveira**



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
ESTADO DE PERNAMBUCO  
GAB. DO DES. CLÁUDIO JEAN NOGUEIRA VIRGÍNIO**



033

**PROCESSO Nº: 0180183-0**  
**COMARCA: RECIFE**  
**VARA: 5ª VARA CRIMINAL**  
**APELANTE: ANTÔNIO JOSÉ MENDES DE ALMEIDA**  
**APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO**

**VOTO REVISOR**

Acompanho o relator, em todos os seus termos, por seus próprios fundamentos, **negando** provimento ao apelo, mantendo a sentença de primeiro grau.

É como voto.

21/12/2009

*Cláudio*  
**Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio**  
**Revisor**